

**Gestos de leitura de cartuns:
a campanha e o horário eleitoral como espetáculo**

Gestos de lectura de viñetas:
la campaña y el horario electoral como espectáculo

Magda Regina Lourenço Cyrre

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS - BRASIL

RESUMO

O propósito da pesquisa é investigar, através da análise de cartuns, como *a campanha e o horário eleitoral* são inscritos e investidos de efeitos de sentido. O desenvolvimento da pesquisa envolveu a caracterização do objeto de análise, o embate com o *corpus* e a fundamentação teórica – articulando noções como *posição-sujeito*, *interdiscurso*, *memória* e *paráfrase discursiva*. As análises apontaram para um processo de paráfrase discursiva, que promove tanto a repetição como o deslizamento de efeitos de sentido. Permitiu concluir que os constituintes dos cartuns se complementam, intensificando críticas à forma-sujeito eleitoral pela inscrição de efeitos outros de sentido que deslizam.

PALAVRAS-CHAVE: Cartum. Discurso. Eleições. Paráfrase.

RESUMEN

El propósito de la investigación es determinar, por medio del análisis de viñetas cómo la campaña y el horario electoral son inscritos e investidos de efectos de sentido. El desarrollo de la investigación implicó la caracterización del objeto de análisis, la definición del corpus y la fundamentación teórica, con la articulación de nociones como las de posición-sujeto, interdiscurso, memoria

* Sobre a autora ver páginas 122.

y paráfrasis discursiva. Los análisis apuntaron a un proceso de paráfrasis discursiva que promueve tanto la repetición como el deslizamiento de efectos de sentido. permitió concluir que los elementos constituyentes de las viñetas se complementan, intensificando críticas a la forma-sujeto electoral mediante la inscripción de efectos otros de sentido que deslizan.

PALABRAS CLAVE: *Viñeta. Discurso. Elecciones. Paráfrasis.*

1 Efeito de abertura

Este artigo é resultante da tese de doutoramento intitulada *Gestos de leitura de cartuns: o processo eleitoral brasileiro contemporâneo como espetáculo*. O objetivo deste artigo é refletir sobre o processo eleitoral brasileiro contemporâneo e demonstrar como *a campanha e o horário eleitoral brasileiro* são inscritos, reinscritos e investidos de efeitos de sentido pelos gestos de leitura de cartuns, a partir de posições político-ideológicas, travadas no interior de uma Formação Discursiva Eleitoral. Desta forma, evidenciar como o entrelaçamento de materialidades – imagética e verbal – funciona na constituição dos efeitos de sentido sobre as eleições brasileiras contemporâneas. Os estudos sobre a inscrição e a constituição dos efeitos de sentido são trabalhados na perspectiva da semântica discursiva de Michel Pêcheux (1988), configurada a partir de uma Formação Discursiva Eleitoral (FD-E) a qual é regulada pelos saberes da forma-sujeito eleitoral (fs-e) e das regras que determinam: como deve ser feita a campanha política no horário eleitoral gratuito na TV brasileira. Os saberes da fs-e os quais organizam as Condições de Produção (CP) para que a campanha eleitoral gratuita ocorra no pleito são dispersos e provêm de diversos lugares: quem primeiro dita a regra é a Constituição Federal de 1988; depois é o Código Eleitoral, Lei nº 4.737/65; após é a Lei das Eleições, Lei nº 9.504/97; sucedida pela Lei de Inelegibilidade, Lei Complementar nº 64/90; e a Lei dos Partidos Políticos, Lei nº 9.096/95; e também pelas Resoluções nº 21.538/2003 e nº 4.510/52, que tratam respectivamente, do Alistamento Eleitoral e outros assuntos e o Regimento Interno do TSE; além das Normas e documentações das Eleições de 2012. Esse imenso emaranhado heterogêneo de leis, as quais foram elaboradas em períodos tão distintos, dará suporte para a constituição do efeito de memória sobre o que é o processo eleitoral brasileiro. Ou seja, apesar de a fs-e apresentar-se sob o efeito de unidade, o efeito ideológico da própria

evidência da legalidade, ela nasce de regras que vêm de diferentes lugares, com datas distintas, possibilitando o ponto de encontro com o interdiscurso e por que não dizer com os efeitos outros de sentido.

Assim, passo a refletir sobre como o regramento eleitoral inscreve efeitos de sentido e trabalha na constituição dos gestos de leitura das unidades do arquivo tomando, por exemplo, a Resolução nº 23.370/ 2012, Art. 34 do TSE a qual prevê que sejam apresentadas – por um determinado espaço de tempo pelas TVs abertas – as propagandas dos partidos políticos e de seus candidatos. O horário eleitoral é obrigatório, gratuito e é regulado. Sendo assim, parto do pressuposto de que a legislação naturaliza e evidencia os sentidos de igualdade e de justiça da Lei eleitoral, já que regula a igualdade (entre candidatos), a acessibilidade de informação (para todos os eleitores) e estabelece o processo eleitoral brasileiro como democrático. Ou seja, a Lei eleitoral apresenta-se como igualitária e justa porque: a) garante o direito à igualdade de exposição entre candidatos e partidos, desta forma, impedindo que somente os partidos e candidatos economicamente abastados possam expor suas propostas no horário nobre da TV, caso essa exposição necessitasse de pagamento aos meios de difusão televisiva; b) também possibilita a todos os cidadãos ter acesso aos programas dos partidos, às propostas dos candidatos e a informar-se sobre o processo eleitoral, com isso, saber qual é a bandeira de luta dos candidatos políticos e, desta forma, no dia do pleito, escolher o partido e o candidato mais apto para decidir o futuro político da cidade, do estado e do país e fazer valer a sua vontade por meio do seu voto; c) determina o que pode ser dito e ou feito pelos candidatos e eleitores com relação ao pleito, às coligações, à adesão ao sufrágio e ao voto.

Então, o regramento eleitoral apresenta o pensamento único da Lei eleitoral: o efeito de unidade da fs-e. No entanto, a evidência de sentido de legalidade e de justiça da legislação eleitoral em relação à aparição dos candidatos políticos e dos partidos na mídia – o efeito de unidade da forma-sujeito – mascara outros saberes que podem irromper a qualquer instante. As campanhas eleitorais televisionadas pelas TVs abertas brasileiras também podem ser vistas como um instrumento do aparelho ideológico de Estado (AIE) que perpetua práticas políticas dos partidos e dos candidatos que já estão no poder. O tempo de exposição dos partidos e dos candidatos não é igual para todos na TV. Apenas os partidos que já possuem representantes eleitos na Câmara têm direito a um espaço maior na mídia para seus candidatos: partidos

novos ou que ainda não tenham alguma representatividade só conseguem espaço na mídia via coligação com outros partidos.

Pela força da Lei, as TVs abertas são obrigadas a televisionar – gratuitamente, em horário nobre – os programas eleitorais dos partidos. Pela força da Lei, o cidadão é interpelado a tornar-se eleitor e a identificar-se como eleitor, vinculando-se ao processo político por meio de seu voto. Então, o gesto regular de leitura encontrado permite reler o arquivo e recortar do *campo discursivo de referência* deste trabalho um cenário discursivo comum: o espetacular no processo eleitoral brasileiro. A repetição de dizeres e de imagens faz ressoar do interdiscurso sentidos outros que deslizam e vêm a produzir novos efeitos de sentidos, simbolizados pelo efeito metafórico que se instaura. A repetição mais comum no eixo imagético (Ei) e no eixo verbal (Ev) é aquela que associa o processo eleitoral a um espetáculo e, em muitos casos, a um espetáculo circense com palhaços e palhaçadas. Mas, o espetacular não está somente nas imagens com palhaços, também se encontra no *non-sens*, no exato ponto onde o acontecimento processo eleitoral brasileiro contemporâneo é exposto a diferentes gestos de leitura que se repetem, mas também podem deslizar e criticar os efeitos de sentido. Em vista dessa particularidade, passo a apresentar algumas reflexões que envolvem o espetacular e a constituição dos efeitos de sentido no gesto de leitura dos cartuns integrantes do arquivo.

Vejo as imagens e os ditos relacionados ao espetacular como uma paráfrase que desliza os sentidos e vem a constituir um efeito metafórico que trabalha e instaura novos sentidos para o processo eleitoral brasileiro. Para Pêcheux (1993, p. 96), “o *efeito metafórico* é um *efeito semântico* que se produz numa substituição contextual”, o que acontece então é um deslizamento de sentido entre x e y . A distância é constitutiva tanto do sentido que é produzido por x como por y . Desta forma, a metáfora funciona como transferência que se produz num processo intermitente entre deslizamentos de sentidos. Uma palavra por outra, no caso do Eixo verbal (Ev). E ousar dizer, uma imagem por outra, no caso do Eixo imagético (Ei).

“Na verdade, a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por uma região do interdiscurso.” (PÊCHEUX, 1988, p. 263). Por isso, ao espetáculo podem ser atribuídos inúmeros efeitos de sentido, porque, assim como as palavras e as expressões não têm um sentido que lhes sejam próprios, também as imagens não representam literalmente a realidade: “a metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*.” (PÊCHEUX, 1988, p. 262). Assim, as

imagens e as palavras se revestem de sentidos que são determinados em acordo com: as CP, a identificação com determinada FI e com a memória que é trabalhada em cada FD: o exato ponto onde se produz no *non-sens* o sentido como um efeito metafórico que ressoa do interdiscurso.

Assim, interpretar o processo eleitoral passa pelo trabalho das determinações históricas e ideológicas que são constitutivas de todo espetáculo e de seus personagens: sujeitos. Nesse caso, trata-se de observar como os efeitos de sentidos são/estão inscritos com relação aos saberes heterogêneos que permeiam a FD-E. Quais gestos de leitura são/estão inscritos e de qual lugar? Como as imagens e os ditos se repetem, deslizam e constituem o efeito metafórico? Se a metáfora é sempre efeito de um recorte de uma região do interdiscurso, considero imprescindível recorrer à historicidade do espetáculo político para explicitar os efeitos de sentido trabalhados pelo gesto de leitura – concretizados pelo eixo imagético (Ei) e pelo eixo verbal (Ev) de cartuns – que interpretam o processo eleitoral e os envolvidos como espetacular – metaforizados em seu gesto de leitura. Em outras palavras, o sujeito do discurso – afetado pelo inconsciente e pela interpelação ideológica – posiciona-se com relação à fs-e que organiza os determinados saberes da FD-E e produz no *non-sens* novos sentidos para o espetáculo político. Face à evidência de sentidos, é preciso questionar essa evidência e compreender como os sujeitos são designados e interpelados a fazer parte desse processo, do espetáculo. Que posição o sujeito de discurso ocupa com relação a esses saberes?

Sendo assim, inicialmente, observo que, historicamente, na Grécia Clássica, ser visto e ouvido confere esplendor e fama a quem pertence à esfera pública. No caso da esfera política contemporânea brasileira, o sistema permite que qualquer um possa aparecer e mostrar quem é, desde que se enquadre nas regras eleitorais vigentes. Em vista disso, passo a inferir que *o político¹ é constitutivo da imagem e da palavra*.

Em Rancière (1996), o começo da política está associado a um desentendimento na divisão dos lugares, sobre quem tem direito e quem não tem direito na repartição das partes da comunidade. “A política é a atividade que tem por princípio a igualdade, e o princípio da igualdade transforma-se em repartição das parcelas de comunidade ao modo do embaraço: de quais coisas há e não há igualdade entre quais e quais? O que são essas ‘quais’, quem são esses quais? [...]” (RANCIÈRE, 1996, p. 11). Esse erro inicial ocorreu porque

¹ O termo *político*, neste estudo, funciona ora como simbólico/ideológico ora como atividade política e partidária ora como designação do cidadão que exerce atividade político-partidária.

uma pequena parcela contribuiu com a riqueza (*oligoi*), outra parcela com a virtude dos melhores (*aristoi*) e o povo entrou com a parcela de liberdade (*eleuteria*). Mas, para Rancière (1996, p. 23), “o povo nada mais é que a massa indiferenciada daqueles que não têm nenhum título positivo – nem riqueza, nem virtude – mas que, no entanto, têm reconhecida a mesma liberdade que aqueles que os possuem [*aristoi*].” Então, essa é a conta mal feita, os sem parcela – o povo – entram com a parcela de liberdade, enquanto os oligarcas e os aristocratas entram com as parcelas de riqueza e de virtude sendo, antes de mais nada, livres.

Para os gregos antigos, falar e se mostrar é a condição necessária para o político e para o bom funcionamento da *polis*. Nesse sentido, posso inferir que a relação entre política e espetáculo tem seu efeito fundador na relevância dada ao modo como o mundo se abre para o político e observa as suas atitudes em público, já que esta é parte essencial da política: dada à *doxa*. De acordo com Arendt (1993), a palavra *doxa* significa não só opinião, mas também glória e fama. Como tal, relaciona-se com o domínio político, que é a esfera pública em que qualquer um pode aparecer, falar e mostrar quem é, isso nos governos políticos. A interpretação da imagem do político como espetacular depende também da posição de quem a observa. Para Arendt (1991, p. 64), a esfera pública é o lugar do “mundo comum”, do aparecimento, da visibilidade e, por conseguinte, da política: um espaço reconhecido de opinião e de ação. Tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos, e essa visibilidade pública é o que constrói a realidade. O espaço público é construído pela ação e pelo discurso, assim, a vida pública adquire significado no ser visto e no ser ouvido. “Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem (*sic*) e ouvem de ângulos diferentes.” (ARENDR, 1991, p. 67). Nesse sentido, as questões políticas estão sujeitas aos diferentes gestos interpretantes de cada sociedade ou mesmo à identificação com determinadas e diferentes posições com relação aos saberes configurados pelas FDs dentro de uma mesma sociedade. Também nessa mesma direção são as palavras de Ernst-Pereira e Quevedo (2013, p. 267): “todos veríamos a mesma imagem, embora produzamos leituras diferentes.” Talvez, essa seja uma das razões para que a legislação atual se preocupe em regrar quem pode expor a sua imagem, a sua *doxa*, na mídia televisiva e por quanto tempo pode durar essa exposição.

Da Grécia Clássica até hoje, ocorreram muitas transformações nos espetáculos protagonizados por sujeitos políticos. Na contemporaneidade, os políticos são televisionados e mediados pelas imagens projetadas pelas

emissoras de TV, e não ficam mais face a face com a grande maioria dos cidadãos eleitores, mas – mesmo mudando a forma de contato entre candidatos e eleitores – o efeito fundador grego do espetáculo persiste por meio do trabalho da memória que recorta regiões do interdiscurso e faz ressoar determinados efeitos de sentido. Nesse sentido, a AD pode elucidar os mecanismos discursivos que embasam a produção dos sentidos do espetáculo. Isso em decorrência da relação fundamental entre o verbal, o imagético e a sua constituição histórica. No entanto, convém lembrar que não é qualquer espetáculo que é o foco deste estudo mas, sim, o processo eleitoral brasileiro contemporâneo, representado pela leitura de alguns de seus componentes – metaforizados pela trama dos Ei e Ev, no discurso dos objetos discursivos do arquivo – como participantes/integrantes do espetáculo.

Desta forma, tal como Corten (1999), acredito que a campanha política dos diferentes partidos – apresentada no horário eleitoral gratuito – traduz, em suas imagens e palavras, as relações de forças desiguais que permeiam o processo eleitoral brasileiro contemporâneo em nossa sociedade: desigual também no tempo de exposição dos políticos na mídia e na qualidade da elaboração dos videoteipes (VT) disponibilizados na TV. “O político é, assim, como todo fenômeno atinente ao discurso, construção da realidade. É, também, definição de um limite dessa realidade.” (CORTEN, 1999, p. 39-40). Então, o político – neste estudo – é concebido como tensão entre as relações de forças que se materializam no discurso imagético e verbal das unidades do arquivo que parafraseiam o processo eleitoral brasileiro e seus componentes como espetáculo.

Entre os estudos sobre a espetacularização da política e a estabilização de sentidos pela mídia, cito o formulado por Pêcheux (2006) sobre os efeitos de sentido, a estrutura e o acontecimento de um enunciado produzido pelo espetáculo midiático. Pêcheux percebe a transformação dos efeitos de sentido operada pela mídia em torno da repetição do enunciado *on a gagné*, e a sua estabilização, durante a comemoração da vitória de Françoise Mitterrand, na eleição presidencial francesa de 1981. A mídia construiu em cima de *on a gagné* uma ‘univocidade lógica’ em torno do resultado da eleição política, fazendo com que esse enunciado profundamente opaco, em sua materialidade linguística se tornasse uma proposição estabilizada, uma “verdade” espetacular.

As relações entre a mídia e o espetáculo podem ser observadas do interior do campo de enunciados que dialogam em uma sociedade; do interior desse campo que para Foucault, 2007, por serem produtos de práticas sociais

historicamente determinadas, as maneiras de se utilizarem as possibilidades do discurso são reguladas, regulamentadas: não se pode, absolutamente, falar de uma coisa qualquer num lugar e tempo qualquer. Nesse sentido, o espetáculo político não surge por geração espontânea, o discurso político que é veiculado pela mídia parte de posicionamentos dados em uma conjuntura sócio-histórica e estão filiados à FDs que determinam o que pode e deve ser dito pelos sujeitos do discurso (PÉCHEUX, 1988). O mesmo posso dizer do discurso dos objetos cartuns integrantes do arquivo sobre o processo eleitoral brasileiro contemporâneo. O processo eleitoral – com a campanha na TV – não surge do vazio, está filiado a uma rede de memória e a determinada FD que permite certos simbolismos e exclui outros.

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Em vista disso, vejo o discurso dos cartuns integrantes deste estudo – por meio da trama do Ei e do Ev – como um gesto político que materializa em seu gesto de leitura as relações de força da sociedade em sua arte: é uma posição que se apresenta, em alguns casos, como interpretando a legislação eleitoral de outro lugar que não é coincidente plenamente com o lugar ocupado pela fs-e. E, por isso, a importância de questionar de quais lugares da rede do interdiscurso emanam as sequências discursivas integrantes do Ei e do Ev que interpretam a campanha eleitoral na TV como integrantes de um acontecimento espetacular.

Porque há uma voz que (re)produz o efeito de senso comum que, naturalizada, diz, repete e regula sobre como é a campanha política eleitoral e horários eleitoral. E, ao mesmo tempo também, nas unidades do *arquivo*, existem outras vozes que emergem, escapam e são atravessadas por outras determinações históricas, isso é possível porque relações de forças estão sendo travadas. Além de o espetáculo da imagem das campanhas políticas, transmitidas pelas emissoras de televisão, relacionar-se com as condições de produção e de reprodução da ideologia dominante sobre o que é, e como deve ser, o processo político eleitoral brasileiro, encontro, pela memória discursiva que é trabalhada do interdiscurso, pelos gestos de leitura que ressoam nos objetos de análise, as condições para questionar a legislação eleitoral vigente em 2012. Nesse sentido, a imagem do espetacular, trabalhada pelo gesto de leitura das unidades do arquivo, pode funcionar como forma de resistência aos domínios da memória metálica que é inculcada à grande massa pelos programas eleitorais gratuitos amparados pela Lei eleitoral. Então, pelo entrecruzamento de memórias, discursos e posições, passo a analisar as unidades do arquivo que

aproximam o processo eleitoral brasileiro contemporâneo a espetáculos de teatro, de lutas, de circo.

2 Sobre as análises

É preciso desfazer o tecido e investigar como é constituído cada fio da trama e como são estabelecidos os nós desse tecido. Por isso, proponho fazer os recortes para as análises a partir de dois tipos de sequências discursivas (SDs): sequência discursiva imagética (SDi) e sequência discursiva verbal (SDv). O trabalho de análise é feito a partir do entrecruzamento de memórias, discursos e posições político-ideológicas nas Sequências Discursivas imagéticas e verbais (SDis e SDvs) de cartuns. O objetivo destas análises é investigar como a campanha e o horário eleitoral gratuito na televisão são inscritos nos gestos de leitura dos cartuns com relação a alguns excertos de Artigos da Lei das Eleições de 1997 e das Normas e Documentações que regulam as eleições de 2012.



Figura 1: Cartum 1 (C 1)²

Com relação aos Eixo imagético (Ei) e Eixo verbal (Ev) dos cartuns recortados, é possível verificar que há alguns elementos da sintaxe imagética e verbal, como o teatro, personagens centrais e público, que acionam de uma região do interdiscurso uma memória que associa a campanha política e o horário eleitoral a espetáculo. No entanto, essa memória que recorta do interdiscurso saberes sobre eleição e espetáculo constitui efeitos de sentido outros a cada repetição, a cada paráfrase discursiva.

Na SDi 1 do C 1 a campanha eleitoral aparece inscrita como fazendo parte de um espetáculo, pela presença do personagem central vestido de terno azul marinho e gravata preta, pelo colorido das cortinas vermelhas do teatro e pelo palco bem iluminado com vários holofotes. O cerimonialista, elegantemente vestido e de braços abertos, anuncia ao público o esperado espetáculo: SDv 1 do C 1: *Vai começar a campanha eleitoral!*

A campanha eleitoral é o foco do espetáculo. O público que aguarda o espetáculo campanha eleitoral é inscrito na SDi 2 do C 1 por suas linhas e contornos amorfos como um componente passivo do espetáculo campanha eleitoral: SDv 2 do C 1: *Respeitável público, solicitamos que tomem assento em seus lugares, desliguem seus telefones celulares ou deixem em modo silencioso.*

O público deve assistir ao espetáculo sem interromper como é costume nos espetáculos tradicionais de teatro. Então, no C 1, o entrelaçamento dos eixos verbal e imagético apontam para a mesma direção quanto à inscrição dos efeitos de sentido. Ou seja, apresentam uma crítica cáustica ao processo eleitoral democrático brasileiro que é interpretado como um espetáculo, contraidentificando-se com a fs-e que regula os saberes da FD-E. Ao inscrever a campanha política como fazendo parte de um espetáculo, em que a população que assiste não tem voz, o sujeito do discurso surpreende ao revelar outra forma de interpretar o processo eleitoral que não é coincidente com a fs-e da FD-E. Assim, o C 1 expressa corrosivamente um efeito de humor que pode ser interpretado como uma paródia do processo eleitoral democrático contemporâneo.

² Cartum formulado por Duke para o *SuperNotícia.com.br*. Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em: 22 ago.2012.



Figura 2: Cartum 2 (C 2)³

Nas SDIs 1 e 2 do C 2, também há uma retomada da campanha política como espetáculo. O palco iluminado, ocupado por um personagem central de terno e gravata e um público que assiste ao espetáculo, constitui uma paráfrase do C 1. No entanto, o personagem que se repete ocupa outro lugar que não é o de um cerimonialista que solicita a atenção do público para a campanha política que vai começar, mas do político que distrai a plateia com suas promessas: SDv 1 do C 2: *Se eleito for, eu prometo...* A promessa do candidato em campanha, simbolizada pelas reticências, é inscrita como piada, anedota que faz parte de um espetáculo de *stand-up* comédia. SDv 2 do C 2: *STAND-UP COMÉDIA*. E o público (que aparecia amorfo no Cartum 1- C1) aqui aparece com os mesmos traços do apresentador e ri do teor da fala do apresentador, como mostrado na SDi 2 do C 2.

Assim, embora encontremos uma relação parafrástica entre os C 1 e C 2, há também certa polissemia, pois no C 2 o espetáculo eleitoral deslizou para um espetáculo de comédia. A cena do palco com o personagem que representa um candidato político fazendo um *show stand-up*, remete às CP das campanhas eleitorais em que candidatos ao pleito se mostram fazendo promessas absurdas e risíveis. A campanha eleitoral desliza e, por efeito metafórico, uma substituição contextual, passa a ser: comédia, piada. A metáfora do *show stand-up* eleitoral também pode ser interpretada como uma paródia da norma que regula a campanha. A campanha eleitoral, o sujeito do discurso do C 2 inscreve sua crítica e seu desagrado com a legislação eleitoral. No C 2, o entrelaçamento do verbal e do imagético juntos apontam para efeitos de sentido que vão na mesma direção. O C 2 expõe um efeito de humor profanador que traduz a

³ Cartum formulado por Duke para o jornal *O Tempo* (MG). Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em: 24 ago. 2012.

posição de um sujeito de discurso que se contraidentifica com a fs-e da FD-E. Em meio ao riso, em meio ao efeito de humor, posições sérias são postas na arte do cartum, constituindo uma paródia da campanha eleitoral. Um objeto discursivo por outro: um político por um humorista e ou o processo eleitoral contemporâneo por um grande espetáculo: de teatro, de lutas. Espetáculo em que cada um é interpelado a ocupar o seu lugar.

3 Efeito de fechamento

Para compreender os gestos de leitura sobre *a campanha e o horário eleitoral*, tomando como materialidade de análise os cartuns analisados – considerados como prática social ideológica –, trabalhei em dois movimentos: o primeiro foi de recortar e articular sequências discursivas imagéticas (SDi) e sequências discursivas verbais (SDv) de cada cartum; o segundo foi de rearticular as sequências discursivas (SDv e SDi) de diferentes cartuns. Os dois movimentos possibilitaram lançar diferentes olhares sobre o *corpus* e a observar certa repetibilidade. Além disso, foi necessário confrontar o discurso dos cartuns com a memória sobre a história eleitoral brasileira e as atuais normas que regem o pleito no Brasil. Através desses movimentos de análise foi possível observar o funcionamento dos gestos de leitura realizados pelos cartuns componentes do arquivo e a inscrição de efeitos de sentido para o processo eleitoral brasileiro contemporâneo.

Partindo de uma articulação entre as noções de *formação discursiva*, *posição-sujeito*, *interdiscurso* e *memória*, e cotejando os elementos do *corpus* com as normas antigas e as vigentes sobre o processo eleitoral brasileiro, foi possível configurar para este estudo uma Formação Discursiva Eleitora (FD-E). O que há de regular no discurso do recorte das SDIs e SDVs dos cartuns analisados é a inscrição das eleições de 2012 como fazendo parte de um *espetáculo*. Os cartuns, a partir da instauração de uma repetição com diferentes materialidades, inscrevem o processo eleitoral brasileiro contemporâneo em um espaço discursivo distinto daquele regulado pela forma-sujeito eleitoral, que rege os saberes da FD-E. As imagens e as palavras parafraseadas deslizam e vêm a constituir efeitos outros de sentido, assim inscrevendo as eleições brasileiras da contemporaneidade – por meio do efeito metafórico de sentido atribuído a alguns de seus componentes – como um acontecimento espetacular.

Com relação ao que diz a legislação brasileira, o gesto regular de aproximar a *campanha e o horário eleitoral* do espetacular ocupa uma posição contraidentificada com a seriedade das leis. Há um sujeito do discurso contraidentificado com a seriedade do que diz a legislação atual e os saberes apresentados nos excertos de leis. Trata-se de uma posição de resistência à obrigatoriedade do horário eleitoral na TV. Assim, os saberes que são inscritos nos cartuns analisados não parafraseiam o que diz a legislação. Os cartuns mostram um gesto de leitura deformante do processo eleitoral – considerando o modo como a FD-E foi configurada – e derivam para a paródia do discurso legal, o que instaura o efeito de humor e abre espaço para a polissemia e a inscrição de sentidos outros dentro da mesma FD. Apesar da deriva nos efeitos de sentido, o sujeito do discurso não rompe com a FD-E, continua inscrito na FD-E e usa a materialidade verbal e imagética do cartum para inscrever uma crítica à fs-e e ao sistema eleitoral. Daí a seriedade de o processo eleitoral de um país ser apresentado, por efeito metafórico, como espetacular. A não coincidência da posição-sujeito do discurso dos cartuns com a forma-sujeito eleitoral abre espaço para a contradição aos saberes institucionalizados pela FD-E, instaurando um movimento de deslizamento e de polissemia, resultantes do entrelaçamento dos eixos imagético e verbal. Com isso, a materialidade trabalhada para a formulação dos cartuns inscreve, por *efeito metafórico*, efeitos de sentido outros para o processo eleitoral brasileiro. As análises dos cartuns mostram que seus gestos de leitura significam o sistema eleitoral brasileiro como um grande espetáculo que se repete, ou seja, que o sistema eleitoral garante que mudanças não aconteçam e que o processo eleitoral siga igual a cada quatro anos.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: EDUSP, 1991.

_____. **A dignidade da política: ensaios e conferências**. Tradução de Helena Martins *et al.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

BRASIL. Campanha de regularização da situação eleitoral. [2013]. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2012/Outubro/serie-de-reportagens-201cvoto-limpo201d-vai-ao-ar-a-partir-desta-terca-2-no-jornal-da-justica-2013-2a-edicao>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

_____. **Constituição [1988]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Código Eleitoral – Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. [1965]. In: **BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [TSE]**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

_____. Lei dos Partidos Político – Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. In: **BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [TSE]**. [1997]. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-politicos/lei-dos-partidos-politicos-lei-nb0-9.096-de-19-de-setembro-de-1995>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

_____. Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. In: **BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [TSE]**. [1997]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm>. Acesso em: 21 jul. 2014.

_____. Resoluções e normas que disciplinam as eleições de 2012. In: **BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [TSE]**. [2012] Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral>>. Acesso em 01 mar. 2013.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p.37 - 52.

ERNST-PEREIRA, Aracy; QUEVEDO, Marchiori Quadrado de. UMA mesma diferente imagem: que objeto é esse?. In: **Entretextos**, Londrina, v.13, nº 02, jul./dez., 2013. p. 266 – 287.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise.; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 1993. p. 61 - 151.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.*; Campinas, SP: UNICAMP, 1988.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4ª Edição. Campinas, SP: Pontes, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

Aprovado em dezembro de 2016.

SOBRE A AUTORA

Magda Regina Lourenço Cyrre é Professora Adjunta da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Doutora em Letras pela UFRGS, linha de pesquisa Análises Textuais, Discursiva e Enunciativas.
magcyrre@gmail.com